



EMENDA A MP 1.068 DE 2021

(Do Sr. Deputado Alceu Moreira)

EMENDA

Art. 8-C

j) infração às normas editadas pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária referentes a conteúdo ou material publicitário ou propagandístico, sendo que a comercialização por provedor de redes sociais de conteúdo publicitário e impulsionamento direcionado aos usuários brasileiros deverá seguir a legislação de regência da publicidade nacional;

Fundamentação

Parte significativa da atividade de moderação pelos provedores de redes sociais refere-se a conteúdo impulsionado e remunerado, que constitui verdadeira atividade publicitária, que, pelas regras atualmente vigentes, fica à margem da regulamentação aplicável à publicidade e propaganda no Brasil, em particular ao disposto na Lei 4.680 de 18 de junho de 1965- Marco Legal da Atividade Publicitária. Assim, a justa causa para exclusão de conteúdo deve seguir também às normas editadas pelo Conselho de Autorregulamentação Publicitária e sua experiência positiva de autorregulação no setor.

Também o impulsionamento de conteúdo como parte indissociável do anúncio publicitário na economia digital deve receber tratamento isonômico em relação às demais mídias que veiculam publicidade. Para que a isonomia seja viável é fundamental que haja transparência quanto ao conteúdo publicitário veiculado nas redes sociais e isonomia nas regras para veiculação de anúncios e conteúdos pagos.



CD/21080.72395-00